



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Produtor entre a dívida e a safra

AGENCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/JC



Após anos de secas, enchentes, e perdas sucessivas, produtores enfrentam risco de abandonar a atividade. Debate deixa de ser apenas financeiro e ganha dimensão social. A Frente Parlamentar da Agropecuária promoveu, em Brasília, nesta segunda-feira um dos debates mais sensíveis para o futuro do agronegócio brasileiro. Em jantar promovido pela FPA, técnicos, parlamentares e jornalistas discutiram o impacto do endividamento rural e os efeitos da aprovação do Projeto de Lei nº 5.122/2023, que cria mecanismos em busca de solução para as dívidas agrícolas.

Realidade difícil de ignorar

Por trás de um “tsunami” de números e de divergências sobre o custo fiscal da proposta, existe uma realidade incontestável: milhares de produtores acumulam prejuízos provocados por secas, enchentes, aumento dos custos de produção e quebra de safras. O problema ganhou visibilidade no Rio Grande do Sul, mas já alcança diversas regiões do País. Em muitos casos, agricultores relatam dificuldades para acessar crédito, renovar financiamentos e investir na próxima safra. Alguns perderam patrimônio construído ao longo de gerações.

Mais que renegociação de dívidas

A proposta não representa perdão de dívidas. Segundo parlamentares e técnicos que participaram do encontro, a recomendação cria condições para alongar débitos e permitir que produtores recuperem a capacidade de produzir e honrar compromissos financeiros. O principal argumento é que o texto aprovado pelo Senado não determina desembolsos automáticos da União. Caberá ao governo regulamentar o programa e estabelecer seus limites.

A conta das mudanças climáticas

Um dos pontos centrais do debate foi a relação entre o endividamento rural e os eventos climáticos extremos. Técnicos afirmam que grande parte da inadimplência não resulta de má gestão, mas de perdas acumuladas por estiagens prolongadas, enchentes e outros fenômenos cada vez mais frequentes. Nesse contexto, a securitização é apresentada por deputados e senadores como uma medida de preservação da capacidade produtiva nacional. A avaliação predominante entre lideranças do setor é que deixar milhares de produtores sem condições de produzir pode gerar reflexos sobre cooperativas, agroindústrias, fornecedores, transportadoras e economias locais.

Governo retira urgência do fim da escala 6x1

Câmara dos Deputados fica liberada para votar outras matérias

/ GOVERNO FEDERAL

O governo federal retirou o regime de urgência do Projeto de Lei (PL) 1838/26 que acaba com a escala de trabalho 6X1. A proposta foi um dos temas da reunião de líderes realizada na tarde desta terça-feira, na Câmara dos Deputados. Por ter sido encaminhado em regime de urgência, o projeto vinha trancando a pauta do plenário da casa. Com a retirada da urgência, a Câmara fica liberada para votar outras matérias.

Durante a reunião, os deputados também debateram o PL 896/23, que equipara a misoginia ao crime de racismo, o que a torna inafiançável e imprescritível.

Havia a expectativa que o tex-

to pudesse ser analisado na sessão desta terça-feira. Mas os líderes acordaram em pautar a matéria para a última semana de junho.

Na última quarta-feira, a coordenadora do grupo de trabalho que debate a proposta, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), apresentou uma nova versão do texto, que já foi aprovado no Senado. No seu relatório, a deputada destacou haver uma convergência central sobre “a íntima relação entre o discurso de ódio e inferiorização das mulheres e a prática de crimes graves”, evidenciando que o feminicídio é muitas vezes uma “morte anunciada” precedida por violência verbal e simbólica.

Entre os pontos levantados na proposta está proporcionar aten-

dimento policial especializado às vítimas, considerando sua situação de vulnerabilidade e o risco de revitimização.

“As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) desempenham um papel fundamental na rede de proteção à mulher e, podem, portanto, oferecer um espaço de acolhimento qualificado e humanizado para aquelas que enfrentam a violência decorrente de misoginia”, afirmou a deputada.

A proposta também modifica o Artigo 8º da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) para acrescentar medidas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher com foco na identificação precoce de fatores de risco.

Motta vinha articulando para destravar a pauta

/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), chegou a afirmar que o fim da escala 6x1 seria votado nesta terça-feira no plenário.

Segundo Motta, o Palácio do Planalto informou que retiraria a urgência, mas, oficialmente, o pedido não havia chegado na Câmara. Ele quer votar o mesmo texto aprovado na PEC para que a proposta siga para o Senado Federal.

“Recebemos a informação de que a urgência seria retirada e que, com isso, conseguiríamos desobstruir a pauta. Como já aprovamos a proposta, entendemos que cumprimos a nossa missão. Agora, cabe ao Senado apreciar e aprovar a matéria. Se for necessário reapresentar o mesmo texto por meio de um



ACERVO CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Presidente Hugo Motta concede entrevista após reunião de líderes

projeto de lei, estamos dispostos a fazê-lo, porque queremos votar matérias importantes para o país”, afirmou o presidente em entrevista coletiva ao chegar à Câmara para comandar a reunião de líderes.

Além da proposta do fim da

escala 6x1 de trabalho, Motta também defendeu a aprovação de outras propostas, como a que regulamenta a inteligência artificial, o projeto que criminaliza a misoginia e o que aumenta o faturamento dos microempreendedores individuais (MEIs).

STF condena Eduardo Bolsonaro por coação

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, condenar o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por coação no curso do processo. Votaram nesse sentido o relator, Alexandre de Moraes, e os ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

A pena determinada foi de prisão por quatro anos e dois meses em regime semiaberto. Ele ficará impedido de disputar eleições por até oito anos.

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), Eduardo influenciou o governo dos Estados Unidos a adotar sanções e tarifas contra o Brasil e autoridades do Judiciário para tentar frear o jul-

gamento do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL) no STF.

“Não é função do deputado federal brasileiro fazer lobby no exterior contra o próprio País. Desde a Constituição do Império até a atual, isso não consta como função do deputado. Mesmo se estivesse no exercício do mandato, não estaria acobertado pela imunidade”, afirmou Moraes ao votar.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade